



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

MARIA APARECIDA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: OS
DESAFIOS DE ALFABETIZAR A DISTÂNCIA**

JOÃO PESSOA - PB

2021

MARIA APARECIDA DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: OS
DESAFIOS DE ALFABETIZAR A DISTÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva

JOÃO PESSOA - PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Maria Aparecida da.

Alfabetização e letramento na educação nos anos
iniciais: os desafios de alfabetizar a distância /
Maria Aparecida da Silva. - João Pessoa, 2022.
42f.

Orientação: José Amiraldo Alves da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia - graduação a distância) - UFPB/CE.

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Ensino remoto.
I. Silva, José Amiraldo Alves da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

MARIA APARECIDA DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: OS
DESAFIOS DE ALFABETIZAR A DISTÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Profª. Drª. Giuliana Cavalcanti Vasconcelos (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profª. Drª. Veridiana Xavier Dantas (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico a Deus, que representa a vida, a verdade, sabedoria, Nele encontro inspiração e fortaleza para prosseguir diante dos obstáculos que tenho encontrado em minha existência.

AGRADECIMENTOS

Gratidão senhor, por me dares muito mais do que eu preciso, pelos teus planos para a minha vida serem sempre maiores do que os meus sonhos.

Obrigada a minha família, que nas horas que precisei recebi conforto e em momentos de felicidade nunca me senti só. Orgulho-me muito por sentir que existe verdadeiro amor nos laços que nos têm mantido próximos.

Ao meu esposo, que com paciência tem me acompanhado e incentivado nesta fase da minha vida.

Aos amigos verdadeiros que nas horas mais difíceis estiveram lado a lado comigo.

“Por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escuta há uma criança que pensa”.

Emília Ferrero

RESUMO

A fase da alfabetização e letramento apresenta muitos obstáculos, descobertas e aprendizados. Neste sentido, o foco desta investigação foi apresentar os principais desafios do processo de alfabetização e letramento durante o ensino remoto. O estudo se propõe ainda verificar a atuação profissional do coordenador pedagógico nessa nova modalidade de ensino. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, embasado em reflexões de estudiosos que estudam o assunto. Os resultados obtidos por meio da investigação demonstram que as maiores dificuldades no processo de alfabetização e letramento remotamente estão centradas no uso da tecnologia para ensinar e aprender e no acompanhamento familiar das atividades dos alunos. Constatou-se também que algumas dificuldades neste processo estão associadas a questões técnicas precedidas de problemas pedagógicos, relacionados à devolutiva do material impresso disponibilizado pela instituição de ensino e/ou a realização das atividades escolares, assim como na ausência de um acompanhamento doméstico feito pelos responsáveis que também inibe o processo de aprendizagem remota.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Ensino Remoto.

ABSTRACT

The literacy and literacy stage presents many obstacles, discoveries and lessons learned. In this sense, the focus of this investigation was to present the main challenges of the literacy and literacy process during remote education. The study also proposes to verify the professional performance of the pedagogical coordinator in this new teaching modality. It is a bibliographical research, based on reflections of scholars who study the subject. The results obtained through the investigation demonstrate that the greatest difficulties in the literacy and literacy process remotely are centered on the use of technology to teach and learn and on the family monitoring of the students' activities. It was also found that some difficulties in this process are associated with technical issues preceded by pedagogical problems, related to the return of printed material made available by the educational institution and/or the performance of school activities, as well as in the absence of home monitoring done by the responsible that also inhibits the process of remote learning.

Keywords: Literacy. Literacy. Remote Teaching.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A TRAJETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL..	14
2.1	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS.....	14
2.2	A GÊNESE DO PROCESSO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL.....	16
3	A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	24
3.1	OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ONLINE.....	24
3.2	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO PRESENCIAL.....	28
3.3	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO ONLINE.....	30
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	34
4.1	METODOLOGIA.....	34
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	36
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Alfabetização é o processo de apropriação da escrita, ou seja, é um conjunto de técnicas, procedimentos e habilidades necessárias para a prática da leitura e da escrita, as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, dizendo em outras palavras, é o domínio do sistema de escrita. De acordo com o Aurélio (2012), alfabetizar é ensinar a alguém ou aprender a leitura e a escrita; ministrar a alguém ou adquirir instrução primária.

A concepção de alfabetização nos primeiros anos de escolarização é bem mais ampla, considerando que é um processo que começa muito antes da entrada da criança na escola, onde é submetida a mecanismos formais de aprendizagem da leitura e da escrita. Atualmente, tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder se engajar em práticas sociais letradas.

A palavra letramento é uma tradução para o português da palavra inglesa “literacy” que pode ser traduzida como a condição de ser letrado. Alfabetização e letramento são processos distintos, no entanto, são processos intrinsecamente ligados pela necessidade de complemento.

Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Por isso, letramento e alfabetização são dois processos que devem ser trabalhados simultaneamente na escola.

O fato de sermos graduandos do curso de Pedagogia fez com que acentuasse o interesse em nos aprofundar sobre essa temática, outro condicionante para a realização desta pesquisa justifica-se pelo fato de que a alfabetização e o letramento constituem duas temáticas fundamentais quando o assunto é a Educação Básica. Sendo processos distintos que não podem ser dissociados um do outro, acentuam-se as dificuldades, pois fora da escola, acesso a orientações de estudo via internet ou por materiais impressos se torna ainda mais complexo.

A educação é o processo mais seguro, para o ser humano adquirir a civilização. Então necessitamos nos conscientizar desde anos iniciais de escolarização, que o trabalho desenvolvido pela escola por meio da aquisição de conhecimentos tem contribuído para desenvolvimento do ser humano. No entanto, temos observado vários problemas que os professores vêm enfrentando no meio educacional para garantir a alfabetização e letramento dos alunos no ensino remoto.

Neste sentido, o principal objetivo desta investigação é apresentar a importância da alfabetização e do letramento como sendo duas temáticas fundamentais nos anos iniciais de escolarização. Neste aspecto a pesquisa atenta ainda por caracterizar a diferença entre alfabetização e letramento contextualizando as duas temáticas. Propõe ainda enfatizar os desafios do processo de alfabetização e letramento no ensino remoto. O estudo se propõe finalmente verificar a atuação profissional do coordenador pedagógico nessa nova modalidade de ensino.

Nesse sentido, essa produção acadêmica tem como eixo problematizador a seguinte questão sobre a alfabetização e letramento: Quais os principais desafios enfrentados pelos professores (as) do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas no processo de alfabetização e letramento realizado em tempos de ensino remoto? E diante dessa problemática de ensino a distância, quais as estratégias lançadas pela coordenação pedagógica para acompanhar de forma eficaz o processo de alfabetização e letramento a distância?

De acordo com Almeida (2018), boa parte das crianças convive mais com professores do que com seus familiares. Para tanto, torna-se fundamental para os estudantes ter certa familiaridade ao dialogar com o professor. O papel do docente é essencial na possibilidade de estimular a busca de conhecimentos, mas, para que essa relação ocorra, faz-se necessário que aconteça uma relação de confiança em ambas as partes.

Nessa perspectiva, o estudo versa apontar as dificuldades e os aspectos positivos da modalidade de ensino à distância, apontando os desafios vivenciados pelo público em debate na transmissão de conhecimentos no processo de alfabetização e letramento, nesse momento em que obrigatoriamente o ensino é remoto.

Essa pesquisa constitui mais um passo na construção efetiva de investigação sobre essa temática, ou seja, uma revisão bibliográfica sobre o assunto abordado. Para alicerçar nosso estudo, fomos norteados pelas reflexões de autores como Nilton Alves (1991), Paulo Freire (1989;1992), Emília Ferrero (1996), Ângela Kleiman (2003), Libâneo (1999), Magda Soares (2001; 2002; 2004; 2006), Vygotsky (1998), entre outros, que com seus argumentos contribuíram para o esclarecimento acerca dessa temática.

O estudo encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta conceitos sobre os processos de alfabetização e letramento e as

diferenças significativas e importantes entre esses dois processos, que embora distintos não possam ser vistos de forma dissociada no processo de aprendizagem. Em sequência abordamos de forma concisa o período de educação instituída pelos Jesuítas, onde o ensino era oferecido pela Igreja Católica, focado na catequização indígena. Serão observados também métodos de alfabetização contemporâneos e suas características, além de exposição dos métodos de ensino consoante a visão de Emília Ferreiro.

No segundo capítulo são debatidos os principais desafios enfrentados pelos educadores dos anos iniciais (1º ao 3º ano) do Ensino Fundamental no processo de alfabetização e letramento com a adesão ao ensino remoto. Em seguida discutimos o as estratégias de acompanhamento pedagógico no ensino presencial em detrimento ao ensino remoto. Também integra este capítulo, uma síntese sobre o papel da coordenação pedagógica, no processo de aquisição e desenvolvimento da leitura na criança.

O terceiro capítulo detalha o percurso metodológico desenvolvido na elaboração desta pesquisa, versando sobre a metodologia científica propriamente dita, com as escolhas metodológicas, as técnicas utilizadas e o tipo de pesquisa realizada. Os resultados são analisados confrontando-os com os argumentos dos teóricos abordados na discussão da temática.

Por fim, nas considerações finais realizamos uma síntese dos elementos constantes no texto do trabalho, unindo ideias e fechando as questões apresentadas desde a introdução do trabalho.

2 A TRAJETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS

Alfabetizar e letrar são duas ações diferentes, porém indissociáveis. O ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Não podemos separar os dois processos, pois a princípio o estudo do aluno no universo da escrita se dá concomitantemente por meio desses dois processos: a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, o letramento.

Na concepção de Freire (1989, p. 09):

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Nesse âmbito, entendemos que as palavras são oriundas de outras palavras a partir de seus sentidos. A leitura de mundo é relevante no processo de alfabetização, o conhecimento empírico levado pelo indivíduo a escola, em qualquer fase de sua escolarização não deve ser ignorado, na escola esse conhecimento será transformado em conhecimento acadêmico.

A leitura é um processo de compreensão de mundo que envolve diferentes processos e estratégias para a formação do leitor competente. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade (BRASIL, 2001, p. 54).

Nessa mesma perspectiva, Ferreiro (1996) explica que desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas, as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.

Nessa ótica, a alfabetização é entendida como o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada e a utilizar esta habilidade como um código de comunicação com o seu meio.

Ferreiro (1999, p.44-47), expõe as etapas fundamentais sobre o processo de alfabetização inicial:

Pré-silábica: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada;
Silábica: interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma;
Silábico-alfabética: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas;
Alfabética: domina, enfim, o valor das letras e sílabas.

Dessa maneira, o educador consegue fazer com que o aluno consiga adquirir a habilidade de leitura, de compreensão de textos e da linguagem de maneira geral, incluindo a operação de números, que são competências necessárias para avançar aos níveis escolares seguintes.

Kleiman (2003, p. 20), refletindo sobre o papel da escola no processo de letramento como pratica social, argumenta que:

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos do mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos, (alfabeto, numérico) processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola.

O processo de letramento embora esteja intrinsecamente ligado ao processo de alfabetização, necessitamos compreender as peculiaridades existentes entre esses.

Almeida (2014) esclarece que o letramento designa na ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e escrita, inicia-se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita em diversas situações sociais.

Já Soares (2006) explica que o letramento resulta de um estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Dessa maneira, o letramento vai além da leitura e da escrita das palavras nos mais variados contextos. O letramento consiste em ler e interpretar, compreender e organizar, criticar em discursos e reflexões, partindo do primeiro passo que é apresentar primeiro as letras, depois as sílabas, em seguida as palavras e por fim, as frases.

A este respeito Scholze e Rösing, (2007, p.9), enfatizam que:

Ler e escrever não são apenas habilidades estabelecidas em torno da decodificação; muito mais do que isso, saber ler e escrever significa apropriar-se das diversas competências relacionadas à cultura orientada pela palavra escrita, para dessa forma atuar nessa cultura e, por decorrência, na sociedade como um todo.

Assim sendo, a alfabetização é um processo de aprendizagem no qual o indivíduo desenvolve a competência de ler e escrever, enquanto o letramento se ocupa da função social da leitura e da escrita.

A esse respeito Ferreiro (1999), explicita que a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola, e que não termina ao finalizar a escola primária.

Soares (2004, p 20), descreve sobre a concepção recente da palavra letramento:

Letramento é a palavra e conceito recente, introduzido na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassam o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível da aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização.

Nessa lógica, a relação entre alfabetização e letramento ocorre quando compreendemos que alfabetizar é ensinar a escrita alfabética com habilidades para ler e escrever, sequencialmente, letramento é a continuação desse processo associado e vivenciado nas práticas sociais.

2.2 A GÊNESE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BRASIL

As primícias da educação brasileira datam de 1554, período em que os jesuítas vieram para o Brasil para ensinar a doutrina católica aos povos incrédulos, quando se referiam aos nativos do Brasil-Colônia. Os jesuítas iniciaram a conversão dos índios ao cristianismo ensinando os rudimentos do ler e escrever, numa concepção evangelizadora que se materializaria, depois nos famosos catecismos bilíngues, em tupi e português.

Com lembra Rocha (2010, p. 33):

Nesse momento, aumentava as responsabilidades atribuídas à Companhia de Jesus, uma vez que a ela cabia à significativa responsabilidade da

aculturação sistemática dos nativos pela fé católica, pela catequese e pela instrução.

Entende-se que a catequização indígena intencionava a propagação da fé católica, catequisando os “anticristos”, planejando conseguir mais adeptos ao catolicismo. No entanto, ensinar o catecismo aos índios adultos não teve um bom resultado devido a aspectos culturais, pois em sua rotina estavam incorporados atos considerados pelos colonos diferentes dos dogmas cristãos: antropofagia, poligamia, nudez, pajelança, guerra e nomadismo.

Figueira (2005) relata que os jesuítas também lhes davam aulas de moral e religião, mais receptivas que os adultos, as crianças poderiam posteriormente influenciá-los. Nesse aspecto os jesuítas foram incumbidos de converter povos “anticristo” ao catolicismo para tentar barrar o avanço do protestantismo.

Durante essa fase de missão jesuítica no Brasil, a “Companhia de Jesus deu início à elaboração de um plano de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem em todo o mundo, o qual ficou conhecido pelo nome de Ratio Studiorum” (SAVIANI, 2007, p. 50).

Contudo, Portugal aderiu ao despotismo esclarecido e em virtude disso, o país teve que implementar reformas político-econômicas baseadas nas ideias iluministas vigentes no período. O Despotismo em Portugal teve como forte representante Dom José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. Como primeiro ministro do Reino de Portugal, o Marquês de Pombal implantou as reformas pombalinas, e uma das suas mais importantes medidas foi à expulsão dos jesuítas e a implantação do ensino a ser mantido pela Coroa Portuguesa no Brasil.

A Reforma Pombalina no âmbito educacional teve como marco legal o Alvará de 28 de junho de 1759, que instituiu o fechamento dos colégios Jesuítas e introduzindo as aulas régias a serem mantidas pela Coroa.

Sobre o caráter das reformas pombalinas nos aspectos educacionais, Santos (1982, p. 122-129) enfatiza que:

Marquês de Pombal, ao propor as reformas educacionais por intermédio da aprovação de decretos que criariam várias escolas e da reforma das já existentes, estava preocupado, principalmente, em utilizar-se da instrução pública como instrumento ideológico e, portanto, com o intuito de dominar e dirimir a ignorância que grassava na sociedade, condição incompatível e inconciliável com as ideias iluministas.

Com a expulsão dos jesuítas, a educação no Brasil Colonial orientou-se pelo modelo das reformas empreendidas. Inicialmente a educação ficou restrita a alguns filhos de colonos e a índios aldeados. Com a implantação das aulas régias, estas passaram a ser coordenadas por um Diretor Geral de Estudos, mas a nomeação dos professores ficava a cargo do rei. As aulas régias constituem a primeira tentativa de sistematização do ensino público e laico nos domínios do Reino de Portugal.

Soares (1961) entende que o Alvará de 28 de junho de 1759, por determinação do Marquês de Pombal determinou que o ensino também poderia ficar a cargo de particulares, o qual contaria com apoio do Estado no prelecionamento das seguintes matérias: ortografia, gramática, aritmética, doutrina cristã e educação social e cívica. Para tanto, o processo de ensino antijesuítico inicia-se moldando um novo tempo na educação da Colônia, com aulas de ortografia, gramática, entre outras.

Ainda hoje, os alvarás e provisões pombalinos são examinados como se não houvesse outro caminho entre a alternativa que então se propôs: jesuitismo e antijesuitismo. Nesta alternativa, os jesuítas representam para os historiadores tudo o que há de antimoderno e Pombal, com seus homens, a autêntica antecipação das aspirações modernas. Ora, forçoso é reconhecer que os termos desta alternativa constituem um dos mais graves impedimentos para a justa compreensão de um dos momentos mais lúcidos da história lusitana. (CARVALHO, 1978, p. 29)

Uma segunda fase da alfabetização no Brasil teve início em São Paulo depois de 1890, com educadores que defendiam a importância da Pedagogia (o “como” se ensina) e dos métodos analíticos. Essa visão moderna gerou um conflito entre os grupos conservadores que defendiam o método tradicional analítico em detrimento do método de alfabetização sintético.

Embora não houvesse consenso entre os métodos de alfabetização a serem adotados, Ramos (2010) enfatiza que, foi somente a partir dos primeiros anos do Século XX que a alfabetização no país passou a ser motivo de preocupação devido as mudanças no cenário nacional com o início do processo de industrialização. Nessa mesma linha de raciocínio, Silva (2011, p.160) complementa afirmando que, “nessa época foi criado o ensino supletivo para alfabetizar os trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar durante a infância e juventude”.

Nessa lógica, o processo de alfabetização surge atrelado as transformações ocorridas na sociedade brasileira, sobretudo as mudanças no modo de produzir, oriunda das necessidades impostas pelo capitalismo. Assim, o aparecimento das

máquinas com o advento da industrialização, exigiu a alfabetização das massas operárias, e desta forma, a criação de escolas para alfabetizar os adultos.

Uma terceira fase da alfabetização se intensificou por volta de 1920, caracterizada pela rejeição aberta dos métodos analíticos obrigatórios na segunda fase da alfabetização brasileira.

Esse fato fez surgir a mescla entre os métodos e as avaliações ABC, de Lourenço Filho, compostos de oito provas, que permeou no cenário educacional brasileiro a partir da década 1920, sendo considerada a primeira experiência brasileira a conceber o processo de alfabetização como aquisição simultânea de ler e do escrever.

Cabe lembrar ainda nesse contexto que além da preocupação com a criação de escolas para alfabetizar os adultos, também se intensificou a luta pela educação gratuita como um direito de todos. Como assevera Azevedo (1934, p. 407-425):

Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que estabelece princípios para uma nova política de educação. Proclama a educação como direito de todos, sem distinção de classes e situação econômica, reivindica escola pública, gratuita, obrigatória e leiga, tratando a educação como problema de ordem social.

Na esteira destas lutas, o governo brasileiro estabeleceu o objetivo de criar um sistema nacional de educação no início da década de 1930. Nesse período, Getúlio Vargas promoveu reformas educacionais e criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, mas enfatizou os níveis secundário e superior, frequentados pela elite da época. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, o período de maior autoritarismo do governo Vargas, a educação foi fortemente associada ao projeto econômico desenvolvimentista, com a implementação de novas modalidades de ensino técnico profissionalizante, como os ensinos industrial e agrícola, de nível médio. A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) em 1942, estão entre tais iniciativas.

Antes de 1961, o sistema de ensino brasileiro era composto de três níveis: primário, médio e superior. O ensino primário era alfabetizador e dividia-se em “fundamental”, para crianças de 7 a 12 anos e “supletivo”, para jovens e adultos, o

ensino superior era restrito aos estudantes de classes sociais mais privilegiadas, que tinham passado pelo ensino secundário.

Com a implantação do regime militar a partir de 1964, ocorreram sucessivas reformas na educação, como a obrigatoriedade curricular e reformulação da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), a extinção das disciplinas de Sociologia e Filosofia, reunindo parte do seu conteúdo sob a Organização Social e Política Brasileira (OSPB). A reparação dos movimentos de educação de base e de alfabetização de adultos posterior às mudanç as políticas de 1964 criou um lacuna político-educacional que o novo regime se agilizou em preencher.

Logo após a supressão ou o encerramento dos movimentos tidos como de influência esquerdista, como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento da Cultura Popular (MCP), a Cruzada ABC, iniciativa da Igreja Presbiteriana do Recife, e outros que utilizavam predominantemente o método Paulo Freire, o Ministério da Educação passou a apoiar movimentos similares, mas de orientação ideológica compatível com o novo regime.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto n  62.455, de 22 de març o de 1968, conforme autorizado pela Lei n  5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Costa e Silva na Ditadura Militar, foi criado com objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, em dez anos.

Vanilda Paiva (2003) considera que o Mobral não deu certo porque o programa foi imposto, não foi idealizado por seus educadores, não possuía material didático adequado, os professores não recebiam uma boa remuneração e tratava-se de um instrumento para impor o autoritarismo do regime militar.

Desta forma, pode-se dizer que durante o regime militar, a alfabetização brasileira não alcanç o a repercussão esperada na erradicação do analfabetismo propagado pela ideologia militar, pois até sua extinção, em 1985, o  ndice de analfabetismo havia diminuído apenas 2,7%, como apurou o jornal Estado de São Paulo.

Mortatti (2006) destaca que os métodos de alfabetização mais utilizados no Brasil durante a década de 1970 e 80 foram os sintéticos (também denominados de silábicos ou tradicionais), isto é, aqueles que tomam como base a parte e dela v o para o todo. Os exemplos mais comuns são:

Soletração: A criança começa a ler sentenças curtas e vai evoluindo até conhecer histórias. Por este processo, a criança vai soletrando as sílabas até decodificar a palavra. Por exemplo, a palavra casa soletra-se assim: c, a, ca, s, a, sa, casa.

Silabação: o processo se apoia em cartilhas que apresentam as famílias silábicas, que podem ser associadas a desenhos ou palavras-chave, cujas sílabas iniciais são destacadas. Aos poucos, o aluno entra em contato com pequenos textos.

Fônico: partindo de palavras significativas para os alunos ou relacionando uma palavra a uma imagem e a um som. Há exemplos na clássica Cartilha Nacional, do século 19.

Além dos métodos sintéticos, nos anos 80, no Brasil, foram empregados os chamados métodos analíticos de alfabetização (aqueles que vão do todo para as partes), dentre os quais podemos destacar:

Sentenciação: Inicia-se com os nomes das letras do alfabeto para depois fazer as combinações silábicas e, então, montar as palavras. Depois, a criança lê sentenças curtas até chegar a histórias completas.

Palavração: Inicia-se com os nomes das letras do alfabeto para depois fazer as combinações silábicas e então montar as palavras. Depois, a criança lê sentenças curtas até chegar a histórias completas.

Global puro: não prevê a decomposição do texto em partes, mas o aprendizado do conjunto.

Global de contos: considera o conto literário como sendo o ponto de partida para o ensino e o aprendizado da leitura e da escrita.

Nessa lógica os métodos sintéticos apoiam-se na ideia de que a Língua Portuguesa é fonética e silábica, de modo que a dedução é a melhor maneira de dominar a leitura, e que a aprendizagem da escrita se dá por meio de um processo que atente para essa característica os sintéticos, que vão da leitura dos elementos gráficos (o alfabético, o fônico, o silábico) à leitura da totalidade da palavra, e os analíticos, que partem da leitura da palavra, da frase ou do conto, para chegar ao reconhecimento de seus elementos: a sílaba ou a letra.

No início dos anos de 1980, foi iniciada a quarta fase da alfabetização brasileira caracterizada pelas mudanças sociais, políticas e econômicas que culminaram na restauração da democracia. Uma forte característica desse período foi a ausência de um método estruturado de ensino-aprendizagem. A desmetodização da alfabetização

foi uma proposta que surgiu com objetivo de acabar com insucesso escolar e o elevado número de analfabetos, por meio de uma escola centrada no princípio da democracia e da implantação do ciclo básico de alfabetização.

Existe nesse momento histórico no Brasil o embate entre os partidários do construtivismo e algumas vezes, silenciosos defensores das cartilhas tradicionais, período marcado por mudanças sociais e políticas que resultaram na redemocratização da sociedade.

Dourado (2007) explicita que na década de 1990, as reformas educacionais foram tomadas por um discurso de modernização e descentralização, no qual a gestão visava maior eficiência e produtividade, alinhados a lógica do capitalismo. Nesse aspecto, confirma-se que a descentralização da alfabetização refletiu na municipalização do ensino.

Visivelmente, no final dos anos 90 a educação brasileira cresceu e tornou-se mais acessível a um número maior de pessoas, principalmente crianças. Por outro lado, com o surgimento e a difusão da internet, uma nova forma de aprendizado baseado no uso do computador tornou-se possível através de programas voltados para a sala de aula. No entanto, a internet de fato, só veio mesmo a ganhar utilidade plena para a educação a partir de meado dessa década.

Notadamente a partir do período de redemocratização, o percentual de crianças analfabetas começou a diminuir consideravelmente, pois embora o processo de expansão do Ensino Fundamental e de melhorias nas taxas de alfabetização já se verificasse em décadas anteriores, foi no período democrático que esses avanços se concretizaram.

Para tanto, a partir de 2012 foi criado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática até o 3º ano do Ensino Fundamental I, para todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras.

O PNAIC foi instituído pela Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, lançado com o objetivo de criar estratégias para que, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, todas as crianças estejam alfabetizadas (BRASIL, 2012). Este programa é um compromisso formal assumido pelo governos federal, pelo governo do Distrito Federal, dos estados e municípios com vista a assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental I.

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no ano de 1995, até o início de 2018, quando foi extinto o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), sendo esse substituído pelo Programa Mais Alfabetização, sempre houve uma grande sintonia entre os estudos de especialistas da área.

Já o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), foi instituído por meio da Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.

Este programa tem ainda com a finalidade garantir apoio adicional prioritariamente no turno regular, com a presença opcional do Assistente de Alfabetização que é responsável pela realização das atividades de acompanhamento pedagógico sob a coordenação e supervisão do professor alfabetizador, conforme orientações da Secretaria de Educação e com o apoio da gestão escolar na realização de atividades que visa garantir o processo de alfabetização na idade certa.

3 A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Neste capítulo versaremos sobre os desafios enfrentados pelos professores dos anos iniciais no processo de alfabetização e letramento no ensino remoto. Argumentaremos sobre a importância da atuação profissional do Coordenador Pedagógico no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais (1º ao 3º ano) do Ensino Fundamental.

3.1 OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ONLINE

Se considerarmos que alfabetização é um processo contínuo e que ocorre a qualquer momento e em qualquer lugar, podemos dizer que é possível alfabetizar online.

Ribeiro e Clímaco (2020) argumentam que a Educação Básica constitui uma das preocupações educacionais no país. A problematização ocorre porque além de considerar que as crianças aprendem permanentemente, observa-se que o ensino remoto pode ampliar a utilização das tecnologias digitais desde a Educação Infantil.

No entanto, alfabetizar a distância não é um processo simples, considerando que o processo de alfabetização envolve vários fatores relacionados a criança, a escola, a família e/ou ao ambiente em que acontece.

Assim, a alfabetização iniciada na escola pode continuar em casa com a ajuda da família, e mesmo sendo desenvolvida de maneira online, o professor pode propor e indicar atividades, materiais, jogos e brincadeiras que darão sequência ao processo alfabetizador.

Sobre os efeitos positivos do ensino remoto, Soares (2020), em entrevista a Revista Futura, enfatiza que entre os efeitos positivos que o ensino a distância pode ter, seria o de criar uma maior aproximação entre escola e família, pois os pais têm a possibilidade de compreender melhor o processo de aprendizagem de seus filhos, entender com mais clareza qual é a função do professor e da escola, contribuindo assim para o desenvolvimento do hábito de acompanhar mais de perto o desempenho escolar de seu filho.

Dessa forma, para prosseguir com o processo de alfabetização interrompido pela suspensão das aulas presenciais, seguindo o protocolo de distanciamento social, as instituições escolares adotaram plataformas online para dar continuidade ao processo alfabetização/letramento à distância. No entanto, para que esse processo aconteça de forma satisfatória a participação da família é importante, particularmente no período de aulas não presenciais por meio da utilização das tecnologias.

Sobre o uso das tecnologias no processo de alfabetização, Machado (2004, p.100) discursa que:

Não se trata de discutir o uso ou não uso das tecnologias, o que, além de um contrassenso do ponto de vista da racionalidade técnica e da perspectiva histórica, seria estéril, uma vez que elas estão por toda a parte e sua presença somente tende a aumentar. Trata-se de buscar um mínimo de consciência sobre seu uso, que possibilite à escola o exercício das funções primordiais, sem o insólito expediente de deixar-se pautar pelo que as tecnologias permitem ou não realizar.

Nesse aspecto, a escola além de selecionar tecnologias educacionais, a instituição deve buscar junto aos pais ou responsáveis os melhores caminhos para que o processo de alfabetização e letramento seja satisfatório.

As próprias tecnologias audiovisuais incorporam-se de tal modo nas relações sociais e na subjetividade que não podem ser encaradas como meras ferramentas, mas como novas linguagens ou novos modos de significar o mundo (JACINSKI; FARACO, 2002).

Por este ângulo, se a sociedade está mudando de forma tão rápida, a escola precisa se destacar, conhecer e explorar as preferências e interesses de seus aprendentes e incorporar e democratizar as tecnologias em sua aprendizagem, como forma de fazer o diferencial, no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a escola insere as tecnologias digitais como ferramentas de apoio ao ensino e como alternativa para minimizar os efeitos da pandemia, com o propósito de promover a continuidade do processo de escolarização suspensa pelo isolamento social, objetivando proporcionar o desenvolvimento socioeducativo aos alunos.

Sobre o papel da escola no desenvolvimento das potencialidades dos estudantes Kleiman e Moraes (2003, p.127) explicitam que:

A principal tarefa da escola é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimento que nos enreda a todos. Somente quando elaboramos

relações significativas entre objetos, fatos e conceitos podemos dizer que aprendemos.

Nesse aspecto, a escola utiliza todos os recursos e princípios que nortearam o ensino, para promover a aprendizagem a distância, especificamente quando se trata dos anos iniciais de escolarização, as instituições educativas devem inovar a prática pedagógica para fornecer uma educação de qualidade nesse momento de pandemia sem quebrar o elo que há entre professor e aluno.

Kenski (1997) ilustra que favoráveis ou não, é chegado o momento em que os profissionais da educação, que tem o conhecimento e a informação como matéria-prima, enfrentam desafios oriundos das novas tecnologias.

Ainda de acordo com a autora, esses enfrentamentos não significam a adesão incondicional ou a oposição radical ao ambiente eletrônico, mas, ao contrário, significam criticamente conhecê-los para saber de suas vantagens e desvantagens, de seus riscos e possibilidades, para transformá-los em ferramentas e parceiros em alguns momentos, e dispensá-los em outros instantes.

Nesse âmbito, entende-se que a inserção das tecnologias nos anos iniciais trouxe problemas para todos: alunos, professores e família. São muitos os desafios enfrentados, especificamente nos primeiros anos de escola, onde o público alvo, além do mediador a distância, necessita de acompanhamento em casa, em virtude da faixa etária diminuta. Assim sendo, a participação da família torna-se essencialmente importante, para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça.

O ensino a distância evidenciou outros desafios no processo de alfabetizar e letrar nos anos iniciais, principalmente por ter iniciado de forma emergencial em todas as escolas. A tecnologia já está presente nas nossas vidas, mas seu uso se restringia a redes sociais, jogos, entre outros. No entanto, quando as TICs são utilizadas como ferramenta pedagógica, a situação se torna complexa.

Vygotsky (1998), argumenta que a utilização da tecnologia aliada às práticas pedagógicas, deve propiciar o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da organização para o trabalho em grupo, favorecendo a construção do conhecimento e, conseqüentemente, estimulando a construção da cidadania. Nesse âmbito, ressaltamos que ensinar remotamente impôs aos professores durante a pandemia da COVID-19, que demanda um profundo processo de reelaboração da rotina escolar e das práticas docentes. Quando se trata da alfabetização e letramento nos anos

iniciais, os desafios são mais complexos diante da necessidade de alfabetizar a distância.

Sobre a utilização da tecnologia como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização nos primeiros anos de escolaridade Kenski (2001.p.103) assegura que:

O professor precisa ter condições para poder utilizar o ambiente digital no sentido de transformar o isolamento, a indiferença e a alienação com que costumeiramente os alunos frequentam as salas de aula, em interesse e colaboração, por meio dos quais eles aprendam a aprender, a respeitar, a aceitar, a serem melhores pessoas e cidadãos participativos.

Dessa maneira, são muitos os desafios emergentes, provenientes da inserção das TICs, no processo de alfabetizar. Para educadores dos anos iniciais esses desafios tornam-se evidentes quando estes não conseguem ministrar aulas online em virtude de problemas técnicos, que vão desde o sinal de internet ruim a memória insuficiente do celular.

Além dos desafios técnicos, ainda ressaltamos os obstáculos pedagógicos que enfrentava o processo de alfabetização e letramento nesse momento de pandemia, dentre esses, podemos citar a falta de exercícios práticos durante a formação inicial da criança. Essa carência prejudica o processo de letramento e alfabetização, a ausência de contato pela primeira vez com milhares de sentidos e sensações através de exercícios e brincadeiras dificulta o processo de alfabetização e letramento da criança em seus primeiros passos na escola.

Sobre a importância da alfabetização nos primeiros anos de escolarização da criança Gagliari (1998, p.6), destaca que:

O processo de alfabetização inclui muitos fatores e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como uma criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem desenvolvendo a sua interação social, da natureza, da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá o professor de encaminhar de forma produtiva o processo de aprendizagem.

A falta de acompanhamento na realização das atividades escolares muitas vezes ocorre porque alguns pais trabalham o dia inteiro ou pelo despreparo pedagógico dos familiares para ensinar as crianças a realizarem as tarefas em casa. Também se verifica a falta de compromisso com a devolutiva das atividades online, enviada pelo WhatsApp ou pelo Google Classroom, e em alguns casos, crianças que não atendem

ao comando do mediador de estudo em casa por conta da timidez em realizar atividades interativas, entre outros.

Estes fatores são relevantes no processo de alfabetização e letramento. Alguns são precedentes, outros são consequências do afastamento social imposto pela pandemia da COVID-19. O fato é que o processo de alfabetizar e letrar nos anos iniciais tornou-se palco de grandes debates, e no momento atual essa problemática se ampliou em virtude da ausência do professor e aluno em sala de aula de forma presencial, além do despreparo dos familiares na execução das atividades rotineiras que auxiliam na aprendizagem da criança.

A educadora Magda Soares (2020) em entrevista à Revista Futura explica que os pais estão se descobrindo em um novo papel na escolarização dos filhos, para o qual não foram preparados. E destaca a importância de os professores orientarem também os pais para apoiar a criança na aprendizagem a distância.

Nessa perspectiva, os pais se tornam mediadores, pois são os responsáveis pela execução das atividades escolares, o que traz à tona um efeito positivo desse flagelo, que é criar uma maior aproximação entre escola e família, uma vez que os pais passaram a compreender melhor e participar ativamente no processo de aprendizagem dos seus filhos.

3.2 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO PRESENCIAL

A Coordenação Pedagógica é a instância responsável pelo acompanhamento e implantação das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar do estabelecimento de ensino, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Educação.

Neste sentido, o coordenador busca realizar a assistência didática e pedagógica aos docentes, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem. Para Libâneo (2004, p. 219), este profissional,

[...] tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino [...], auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos.

Dessa forma, o coordenador pedagógico monitora o desempenho dos alunos auxiliando-os em sua jornada escolar, caso o estudante venha a enfrentar dificuldades relacionadas ao ensino.

Para tanto, o orientador pedagógico deve acompanhar todo o processo educativo junto aos professores, realizando reuniões para avaliar as práticas pedagógicas, orientar no planejamento das aulas diárias, discutir critérios e instrumentos de avaliação, ou seja, auxiliar no acompanhamento didático-pedagógico.

Sobre a função orgânica do coordenador pedagógico na escola Pires (2005, p. 182) argumenta que:

A função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional. Quanto mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação. Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto as suas funções e ao seu papel na instituição escolar.

Sucintamente, o acompanhamento pedagógico é um conjunto de práticas didático-pedagógicas que visa orientar professores e alunos ao longo do processo educacional, cujo objetivo centra-se em atingir as metas e os objetivos propostos no Plano Político-Pedagógico da instituição educativa.

Sobre a importância do planejamento pedagógico Freire, (2011, p.122) comenta que o planejamento é um alicerce fundamental para a construção de uma “educação corajosa, [...] de uma educação que leve o homem a uma nova postura de seu tempo e espaço”. Nesse aspecto, o acompanhamento pedagógico através do planejamento e das ações didáticas pedagógicas age como um facilitador para os envolvidos na comunidade escolar, que são: professores, alunos, pais e escola.

Já Ferreira (2007) enfatiza que mais do que em qualquer outro domínio da atividade humana, a coordenação pedagógica se apresenta como um instrumento vital de controle da qualidade do produto no que este conceito tem de mais nobre.

Assim sendo, no modelo de ensino presencial o acompanhamento pedagógico baseia-se nos relatórios e diários de classe produzidos pelo corpo docente durante o ano letivo. A partir daí constrói-se uma visão de como está o rendimento das turmas. Outras ferramentas que auxiliam o acompanhamento pedagógico são as avaliações

feitas presencialmente e notas lançadas na caderneta do professor. Assim é possível aferir qualitativamente o rendimento dos alunos.

Dessa forma, as assembleias pedagógicas são realizadas semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, dependendo da instituição educativa e/ou da necessidade, elas são imprescindíveis para ouvir diretamente dos professores como está o andamento do ensino, bem como os envolve no processo de análise e tomada de decisões.

3.3 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO ONLINE

A aprendizagem nos primeiros anos escolares é uma etapa que constrói a base de conhecimentos das crianças. Neste momento de alfabetização a distância, o processo de aprendizagem tem exigido mais empenho dos professores, pais e alunos. A estratégia de ensino diferenciado é uma forma inovadora de alfabetizar e letrar as crianças por meios digitais. É relevante lembrar que a alfabetização por meio digital é diferente da alfabetização digital.

Na concepção de Magda Soares (2004), a alfabetização é compreendida como o processo de apropriação do sistema de escrita de uma língua. Assim sendo, no contexto da pandemia, alunos e professores alfabetizadores foram obrigados a interromper o processo de alfabetizar de forma presencial. Nesse sentido, as aulas online se tornaram uma rotina necessária nas famílias, inclusive para os alunos que estão no processo de alfabetização e letramento.

Sobre as concepções do processo de alfabetização e letramento Silva (2004, p.517) complementa que,

[...] ao se agregar a palavra alfabetização o termo funcional, considera-se a existência de determinadas habilidades que estão para além da simples ideia de ler e escrever, surgindo um novo conceito que abrange habilidades de leitura e escrita desenvolvidas durante determinados anos de escolarização.

Levando em consideração que o processo de alfabetização é uma etapa escolar essencial para promover na criança as competências de linguagem que fornecerá a base para a vida escolar posterior, devemos esclarecer que o espaço escolar deve ser acolhedor e prazeroso e também trazer a sensação de abrigo que possibilite outras sensações, como autoconfiança e bem-estar.

Nessa perspectiva os lares tornaram-se salas de aula e os responsáveis assumiram um papel de mediador na aprendizagem das crianças.

Magda Soares (2002, p. 143-160), discute sobre a prática da leitura e da escrita associado a tecnologia na alfabetização a distância, argumentando que:

Diferentes tecnologias de escrita geram diferentes estados ou condições naqueles que fazem uso dessas tecnologias, em suas práticas de leitura e de escrita: diferentes espaços de escrita e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita resultam em diferentes letramentos.

Para tanto, a alfabetização a distância é uma forma inovadora de ensinar leitura e escrita as crianças por meios digitais. As metodologias implementadas na alfabetização por esses meios também encontram amparo nas normas previstas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, a BNCC prevê que a escola possibilite aos estudantes apropriar-se das linguagens das tecnologias digitais e tornar-se fluentes em sua utilização. Deve acontecer também a consolidação da aplicação dos recursos tecnológicos em cada disciplina, conforme explicitada nas orientações para o Ensino Fundamental.

Assim, a inovação da alfabetização, fez também inovar o acompanhamento pedagogicamente, o que significa dizer que, acompanhar o desenvolvimento de cada turma ao longo do ano letivo, como estão respondendo as disciplinas ensinadas e a metodologia utilizada, ter um feedback dos professores, pais ou responsáveis pelos alunos são práticas executadas de forma online atualmente.

Como exposto anteriormente, o acompanhamento pedagógico é também uma parceria entre corpo docente e gestão pedagógica. Portanto, se feito corretamente promove o engajamento dos professores e da gestão, tornando melhor seu ambiente de trabalho e sua produtividade.

Libâneo (1999, p.22) argumenta sobre a importância da atuação profissional da coordenação pedagógica na escola e observa que:

O pedagogo, além de coordenar a elaboração do projeto político pedagógico, trabalha com diversas funções referentes a auxílio e orientação aos professores em questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem, coordenação dos planos de ensino, organização dos planos de ensino, participação nos conselhos de classe, organização das turmas, etc.

Nesse sentido, a efetivação das aulas online aplicadas nas escolas como modelo de ensino emergencial, trouxe a necessidade de trabalhar com o ensino a distância exigindo o predomínio do uso de ferramentas digitais para fazer o trabalho que antes era feito apenas presencialmente. Esse novo modelo de ensinar forçou a coordenação pedagógica a aderir as novas ferramentas que, se usadas corretamente, podem auxiliar no processo de aprendizagem e de comunicação entre os membros da comunidade escolar.

O Projeto Político-Pedagógico ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 2007).

Dessa forma, mesmo com a concepção de perda qualitativa, em virtude dos problemas técnicos que entravam o trabalho pedagógico e com as dificuldades dos alunos em se manterem conectados, a realização do acompanhamento ainda que a distância ajuda na busca de propostas inovadoras para o ensino-aprendizagem.

Para Almeida e Placco (2001, p. 23), “propor ao professor uma prática inovadora é uma tarefa desafiadora para o coordenador, porque conduz a um momento de criação conjunta ao exercício da liberdade e as possibilidades efetivas de parceria”.

Nesse âmbito, além do Conselho de Classe que no ensino presencial já era uma importante ferramenta para garantir a eficiência do acompanhamento pedagógico, necessitou-se abrir um canal online de comunicação entre a equipe pedagógica, pais, professores e alunos, para tornar o acompanhamento pedagógico eficaz em sua proposta e assim escutar todas as partes envolvidas, suas percepções sobre sala de aula e ensino remoto, suas vivências, anseios e preocupações nessa nova forma de aprender e ensinar.

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em

um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos (FRANCO, 2008, p. 128).

Nessa perspectiva, torna-se necessário investir em novas práticas tecnológicas necessárias para o acompanhamento pedagógico do desempenho dos alunos nas atividades e avaliações propostas pelos professores no período de aulas remotas. Pois ensinar remotamente trouxe uma série de problemas para a educação e para o cotidiano de alunos, professores e gestores.

Para a coordenação pedagógica não foi diferente. Esses profissionais para atuar precisaram criar estratégias para auxiliar o corpo docente a lidar com as questões e dificuldades do novo modelo, seja trazendo novas soluções para otimizar a rotina pedagógica dentro do formato digital, seja criando espaços para acolhida e formação nesse contexto. Mesmo já utilizando as ferramentas digitais na escola, um dos desafios para os professores foi usar as tecnologias no contexto remoto, de sorte que mudanças, adaptações e novos aprendizados estão sendo postos em prática cotidianamente diante do modelo de ensino emergencial.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para realização deste estudo. Ainda se discute de forma detalhada os resultados obtidos, bem como o grau de abrangência e profundidade dos estudos realizados sobre a temática.

4.1 METODOLOGIA

O estudo abordou o tema: Alfabetização e Letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constitui-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, numa abordagem qualitativa para levantamento de dados.

Segundo Gil (2010), pesquisa bibliográfica é aquela realizada a partir de trabalhos que já existem, e fazem parte destes: artigos científicos e livros já publicados e que se encontram em circulação nas bibliotecas e/ou bases na internet. Neste âmbito, a base desta pesquisa foi o estudo de livros, artigos especializados, dissertações e teses, o que possibilitou a aquisição e manuseio de elementos relevantes para a análise sobre o tema em discussão.

A pesquisa bibliográfica apresentada tem como objetivos analisar, estudar os artigos científicos. Que contribuía para arquitetar um trabalho dessa natureza, classificando o desenvolvimento, exclusivamente as fontes bibliográficas (MINAYO, 1994, p.16).

Para a coleta dos dados foram utilizados livros e periódicos em formato de artigos pesquisados nas bases de indexação científica, através de palavras-chave referentes a temática. Salienta-se que a busca foi realizada de forma ordenada para a coleta de dados que posteriormente foram discutidos.

A realização de uma pesquisa requer do estudioso o detalhamento dos procedimentos metodológicos que nortearão o seu desenvolvimento. Assim, entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 1994, p.16).

A pesquisa aborda a alfabetização e letramento como dois processos distintos, porém inseparáveis pelo fato de que uma pessoa tem que ser alfabetizada e letrada simultaneamente. O estudo buscou ainda enfatizar a gênese do processo de alfabetização e letramento no Brasil, onde são apresentados os modelos de alfabetização desde seus primórdios.

Nesse sentido, o estudo atenta ainda para conhecer os desafios da alfabetização e letramento no modo online, destacando quais as dificuldades evidenciadas pelos educadores dos primeiros anos de escolarização, em alfabetizar e letrar as crianças através de equipamentos como o celular ou computador, tendo em vista que são processos já complexos em sala de aula presencial.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir de leituras e reflexões acerca dos objetivos traçados para este estudo, podemos apontar alguns resultados decorrentes da análise descritiva discutida no decorrer da revisão da literatura. Desta forma, os objetivos da pesquisa buscaram evidenciar o tema fundamentando-se nas reflexões e diálogos com autores que escreveram sobre a alfabetização e letramento nos anos iniciais.

Segundo o material consultado a respeito do processo de alfabetização e letramento constatamos que são processos divergentes entre si, no entanto intrínsecos, que devem ser trabalhados concomitantemente desde os primeiros passos do processo de alfabetização e letramento.

Abordamos os processos de alfabetização e letramento como processos divergentes entre si, no entanto inseparáveis e que devem ser ministrados de forma simultânea. Sobre essa perspectiva, concordamos com Paulo Freire (1989), Emília Ferreiro (1996), Magda Soares (2001) e Kleiman (2003), quando argumentam que esses dois processos mesmo sendo de natureza distinta são indissociáveis, uma vez que são complementares. Assim sendo, fica claro que ao educar deve-se alfabetizar e letrar ao mesmo tempo.

Sobre a gênese do processo de alfabetização e letramento no Brasil, Figueira (2005) corrobora afirmando que os primórdios do processo de alfabetização no Brasil indígena iniciou-se com a catequização dos índios com o intuito de propagar o catolicismo.

Esse monopólio religioso foi extinto com as Reformas Pombalinas efetivadas pelo Marquês de Pombal, que substituiu a metodologia jesuítica pelas aulas de gramática latina, de grego e de retórica.

Em concordância com o exposto, Santos (2005), Oliveira (2005), e Teixeira (1961) Soares (2006), acrescentam que as Reforma Pombalinas no Brasil romperam com uma hegemonia de mais de dois séculos de monopólio de educação Jesuítica, porém o método de alfabetizar arcaico e amedrontador não tinha como primordial objetivo alfabetizar a massa, mas sim atender aos interesses políticos da Coroa Portuguesa.

Logo, somente a partir da década 1930, com o governo de Getúlio Vargas surge a intenção de efetuar algumas mudanças no país, diminuindo a autonomia dos governos estaduais em relação a educação que passa a ser regulamentada por leis

federais válidas em todo o país. Surge também nesse contexto, a preocupação com a criação de escolas para alfabetizar os adultos, e se intensifica a luta pela educação gratuita como um direito de todos. No entanto, com a instauração do Estado Novo, a educação foi fortemente associada ao projeto econômico desenvolvimentista, com ênfase na implementação de novas modalidades de ensino técnico profissionalizante.

Em relação as propostas de educação durante a ditadura militar, observamos que o governo almejava fortalecer sua ideologia política, exaltando o nacionalismo e o civismo. Preocupado com o alto índice do analfabetismo que aumentava bastante com o modelo industrializante adotado pelo regime, a sociedade urbanizada que se construía estava nas mãos de analfabetos. Para tentar resolver essa situação, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, que fracassou e foi substituído em 1985 pelo Projeto Educar.

Devemos enfatizar que o processo de alfabetizar sofreu muitas transformações em sua trajetória, no entanto, indubitavelmente os antigos métodos tradicionais como o fônico coexistem com os métodos modernos. No entendimento de Mortatti (2006), o aluno deve aprender a ler as letras das palavras, pois é através do som que ele aprende a palavra. Nesse aspecto, há professores que utilizam a fusão do método tradicional com o moderno para alfabetizar.

De acordo com os estudos realizados no que se refere aos desafios evidenciados para a efetivação da alfabetização e letramento através do ensino a distância, percebemos que na inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica para continuar o processo de alfabetização e letramento, emergiram vários conflitos, como destacaremos a seguir.

A transferência do ensino presencial para o remoto, onde todo o conteúdo é produzido e disponibilizado online, mesmo acompanhado em tempo real pelo professor que leciona nos anos iniciais do ensino fundamental, as dificuldades vão além dos problemas técnicos relacionados a falta de conexão com a internet ou sinal ruim. Tanto o professor quanto o aluno são afetados por essa problemática.

Esclarecemos ainda, que uma das maiores preocupações dos professores desta fase de ensino está diretamente relacionadas a devolutiva das atividades impressas disponibilizadas pela escola para os alunos que não conseguem acompanhar as atividades online, ocasionadas pela baixa escolaridade dos pais ou responsáveis e pelos discentes. A devolutiva é importante para o professor diagnosticar se o aluno

assimilou o conteúdo ministrado. Nessa fase, esse passo é ainda mais complexo, pois existem casos em que alguns responsáveis executam a atividade pelo aluno.

Ainda sobre as dificuldades da alfabetização e letramento online, merecem destaque as condições de trabalho dos professores, em que as atividades têm sido triplicadas durante a pandemia, pois mais do que fornecer conceitos, o foco do professor deve ser a construção do conhecimento. Salientamos que o ensino remoto chegou de forma inesperada e as partes envolvidas não tiveram tempo para se preparar para essa inovação.

No caso dos professores, o período de adaptação foi desafiador, no entanto, enfrentaram esses obstáculos e estão conseguindo ministrar suas aulas online. Já para alguns alunos a falta de equipamentos tecnológicos como: celular e computador e a ausência do apoio familiar acabam fazendo com que eles fiquem desmotivados e até abandonem a escola.

Entretanto, mesmo em meio a essa problemática um aspecto positivo no ensino a distancia não passou despercebido, pois nessa modalidade de ensino passou a existir uma maior aproximação entre a família e a escola. Com a execução do ensino remoto, a família ficou encarregada de acompanhar as atividades dos filhos que ora estão sendo executadas em casa. Diante desse cenário desafiador a família ficou responsável por criar uma rotina de atividades em casa, mesmo sem perfil pedagógico os pais se tornaram “educadores”, embora a condição de estarem agindo como “professores” dos filhos não seja satisfatória, a escola vê essa questão com ganhos.

Quando enfocamos o papel da coordenação pedagógica, elucidamos que a atuação desse profissional durante o período de ensino não presencial tornou-se mais complexo, pois teve que se adaptar a uma nova realidade e continuar suprindo as demandas de uma educação que se modificou significativamente em virtude da pandemia (ALVES,1991; LIBÂNEO,1999; COLARES, 2001).

Por isso, na tentativa de superar os desafios enfrentados pelos educadores no processo de alfabetização e letramento a distância, a atuação do coordenador pedagógico constitui aspecto importante na busca de estratégias capazes de subsidiar os professores para continuar o processo de alfabetização remotamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização é considerada a fase mais relevante para uma trajetória escolar bem-sucedida. É uma etapa que requer intensa interação entre professores e alunos, e atualmente tem sido palco de discussão entre os educadores, já que o ensino presencial foi interrompido em virtude da pandemia causada pelo Corona Vírus.

Reputamos que o processo de alfabetização e o letramento não acontecem de forma homogênea, visto que nem todos os alunos se alfabetizam com a mesma facilidade, alguns encontram muita dificuldade para aprender a ler e a escrever. Dessa forma, o olhar individualizado para a criança torna-se essencial para identificar as causas de suas dificuldades.

A alfabetização brasileira que já constituía em um processo desafiador no Brasil, nos últimos tempos esse quadro tornou-se ainda mais agravante devido a pandemia que chegou ao país e exigiu das escolas, professores, estudantes e famílias uma reestruturação de rotinas e novas formas de lidar com os trabalhos pedagógicos. Em consequência disso, menos da metade dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental tem alcançado os níveis de conhecimento satisfatórios em leitura e escrita.

Quando nos reportamos a investigar quais os principais desafios encontrados pelos professores (as) do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental no processo de alfabetização e letramento mediado pelo ensino remoto, concluiu-se que dentre tantos desafios que os educadores brasileiros já enfrentavam, certamente o processo de alfabetização no ensino remoto é um dos mais complexos.

Observou-se que os maiores desafios de alfabetizar e letrar remotamente está associado a questões técnicas, primeiramente. A falta de acesso à internet, a falta de equipamentos tecnológicos para assistir as aulas remotas, integram o quadro de muitas dificuldades no processo de alfabetizar a distância.

Percebeu-se também que além de problemas técnicos, ainda persistem os problemas pedagógicos relacionados a devolutiva e/ou realização das atividades. A ausência de um acompanhamento doméstico também inibe o processo de aprendizagem remota.

Nos estudos realizados acerca de quais as estratégias lançadas pela coordenação pedagógica para acompanhar de forma eficaz o processo de

alfabetização e letramento a distância, evidenciou-se que para que o acompanhamento pedagógico na modalidade remota seja eficaz é necessário investir em ferramentas tecnológicas que facilitem esse trabalho.

Sendo assim, fica claro também como o acompanhamento pedagógico potencializa o aproveitamento escolar, uma vez que monitora o progresso das aulas e oferece suporte para melhorar seu rendimento. É importante esclarecer que o acompanhamento pedagógico não é uma forma de censurar ou limitar a autonomia do professor em sala de aula. Na verdade, é uma parceria entre os docentes e a gestão pedagógica justamente para garantir a melhoria da qualidade do ensino.

Constatou-se ainda que, apesar de todos os benefícios do ponto de vista pedagógico o acompanhamento das atividades em casa não tem se mostrado suficiente, pois a ausência do perfil pedagógico e a baixa escolaridade dos responsáveis aliado a outros fatores como a falta de tempo para conciliar trabalho e o ensino dos filhos em casa, certamente tem contribuído para que hajam falhas na aprendizagem dos alunos no período da pandemia.

Dessa maneira, ficou compreendido que o processo de alfabetização e letramento na educação remota torna-se ainda mais difícil, necessitando de um acompanhamento mais efetivo por parte do professor e da família.

Conclui-se que os estudos em casa devem manter o mesmo ritmo de uma aula presencial, pois é necessário que os alunos entendam o compromisso de se dedicar ao aprendizado, embora com as adequações necessárias em razão da rotina das famílias. Cabe à escola passar algumas instruções para auxiliar e orientar os pais neste momento. Portanto, para que as práticas de escrita e leitura se mantenham presente na rotina das crianças é necessário um esforço conjunto entre a escola e as famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. de. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança.** Loyola, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, A. R. S. A afetividade no desenvolvimento da criança: contribuições de Henri Wallon. Inter-Ação: **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v. 33, n. 2, p. 343-357, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, V. F. FARAGO, A. C. A importância do letramento nas séries iniciais. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade.** Centro Universitário UNIFAFIBE. Bebedouro – São Paulo, 2014. p. 204-218.

AZEVEDO, F. et al. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 65, n. 150, mai./ ago. 1984. p. 407-425.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa.3.ed.Brasil : A secretaria , 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.** Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria à Gestão Educacional. –Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bo-Bu.** São Paulo: Scipione, 1998.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública** São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 921-946, Out. 2007. Edição Especial, ISSN 0101-7330.

FRANCO, M. A. S. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2021.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FERREIRA, C. A. A avaliação formativa vivida pelos professores do 1º ciclo do ensino básico. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, n. 40, p. 71-94, 2006.

FIGUEIRA, D. G. **História - questões do Enem e de vestibulares de todo Brasil -** Volume único. 2. ed. São Paulo: Ática. 2005.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados : Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, M. (org.). **Rotina: a construção do tempo na relação pedagógica**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008,p.184.

JACINSKI, E. **Linguagem audiovisual na informática educativa: uma análise dialógica do PROINFO**. Dissertação de mestrado. Curitiba, Centro Federal de Educação.

KENSKI, V. M. Memórias e formação de professores: interfaces com as novas tecnologias de comunicação. In: CATANI, D. et al. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, (1997).

KENSKI, V. M. O papel do professor na sociedade. In: **Ensinar a ensinar**. São Paulo, Pioneira, 2001.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os Significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. 6.ed. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. SP: Loyola, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MACHADO, N. J. **Conhecimento e valor**. Coleção educação em pauta: teoria e tendências. São Paulo: Moderna, 2004.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PIRES, E. D. P. B. **A prática do coordenador pedagógico: limites e perspectivas**. Dissertação, (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

RAMOS, F. P. História do analfabetismo no Brasil. **Revista eletrônica Para entender a história**. a. 1, v. 10, Série 13/12, 2010.

RIBEIRO, M. P.; CLÍMACO, F. C. Impactos da pandemia na educação infantil: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil? **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1 (1 sem. 2020).

ROCHA, M. A. S. **A educação pública antes da independência**. In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 32-47, v. 1.

SANTOS, M. H. C. dos. Poder, intelectuais e contra poder. In: SANTOS, M. H. C. dos (Org.). **Pombal revisitado** v. 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1982. p. 122-129.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, A. M. L. L. da. **História da Educação**. Curitiba: Fael, 2011.

SCHOLZE L; RÖSING, T. M. K.(org). **Teorias e práticas de letramento**. Brasília, DF: Inep, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação e Sociedade, v. 23, n. 81, p. 143-160, 2002.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. Artmed: Artigo publicado pela revista Pátio, 2004.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, M. **Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia?** Artigos & Tendências Futura Educação, Entrevista, 2020.
Disponível em: <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-oletramento-durante-a-pandemia/> acessado em 02/11/2020.

TEIXEIRA. S. A. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

PAIVA, V. P. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VEIGA, I. P. A (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.

VYGOTSKY, L. S. A **Formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1998.